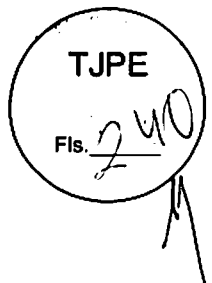




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0000430-11.2012.8.17.0380 (0333503-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
APELADA: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS SILVA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DEMANDA INDENIZATÓRIA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INTERESSE PARTICULAR DE ÍNDIO. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE COISA JULGADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE MEDIDOR INSTALADO E EM FUNCIONAMENTO. ILEGITIMIDADE DA DÍVIDA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL "IN RE IPSA". QUANTUM INDENIZATÓRIO EXACERBADO. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Preliminar de incompetência da Justiça Estadual rejeitada, pois não é devida a aplicação da competência prevista no art. 109, XI, da Constituição Federal quando o feito envolve apenas o interesse particular de um silvícola, sem nenhuma repercussão na comunidade indígena.

- Preliminar de coisa julgada rejeitada, tendo em vista que a Ação Civil Pública estabeleceu a legitimidade da negativação apenas dos indígenas inadimplentes que já possuíam medidores instalados e em funcionamento, enquanto que a presente demanda discute justamente se houve ou não a implantação do aparelho. Assim, as ações possuem objetos jurídicos distintos, não havendo que se falar em coisa julgada.

- É ilícita a inscrição em cadastro de proteção ao crédito quando ainda não instalado o medidor individualizado da consumidora.

- Não comprovada a legitimidade da cobrança, a negativação foi indevida, ensejando o dano moral, que nesse caso prescinde da prova do prejuízo.

- O valor da reparação deve estar adstrito aos pressupostos da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando-se o enriquecimento indevido.

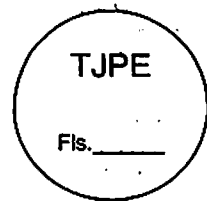
- Redução do importe arbitrado no primeiro grau para o montante de R\$5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente a partir desta data e acrescidos apenas de juros de mora desde a citação.

- Apelo parcialmente provido.

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR AS PRELIMINARES** arguidas, e, no mérito, **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao apelo, conforme o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

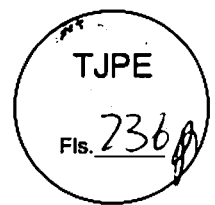
Sala de Sessões,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0000430-11.2012.8.17.0380 (0333503-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
APELADA: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS SILVA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Apelação contra sentença proferida em audiência (fls. 151/159) que julgou parcialmente procedente "Ação Declaratória de Nulidade de Débito c/c Indenização por Danos Morais" - movida pela Apelada contra a Companhia Energética de Pernambuco, CELPE.

A Apelada propôs a demanda originária (fls. 02/10) alegando ter sido negativada indevidamente, pois segundo acordo celebrado entre o povo Truká e a CELPE (Cláusula 7 - fls. 15/16), esta não poderia realizar qualquer cobrança aos indígenas da Ilha de Assunção até a finalização da obra para individualizar as faturas dos consumidores.

Aduziu que os contadores de energia elétrica e os medidores ainda não foram ligados, ou seja, a obra não teria sido finalizada, inviabilizando o faturamento.

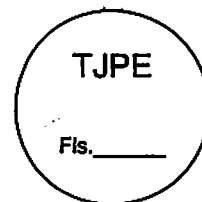
Ademais, ressaltou não ter recebido as faturas ensejadoras das 4 (quatro) negativações, bem como a comunicação de que seu nome iria para os órgãos de proteção ao crédito, como determina o art. 43, §2º, do Código de Defesa do Consumidor¹.

Dessa forma, pleiteou a decretação da nulidade do débito aludido e a condenação da concessionária no pagamento de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a título de indenização por danos morais.

¹ Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. (...) § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Assim, o i. togado de piso julgou parcialmente procedente a demanda para "condenar a concessionária ré a indenizar a autora na importância de R\$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, tão somente, sobre o qual deverá incidir juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da inscrição indevida (Súmula 54 do STJ); correção monetária pelo INPC, e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar da prolação da sentença (STJ - EDCL no RESP 615939; ART. 1º E §3º do Decreto nº 22.626/33)" (fls. 154/159).

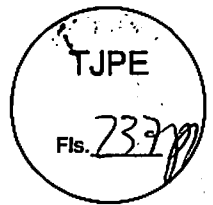
A CELPE ainda foi condenada a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Irresignada, a concessionária apela (fls. 173/198), alegando as seguintes preliminares: i) nulidade da sentença por incompetência absoluta da Justiça Estadual, pois como a demanda envolve indígena, haveria interesse do Ministério Público Federal e da FUNAI, devendo o processo tramitar na Justiça Federal e ii) existência de coisa julgada, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença proferida na Ação Civil Pública nº 404-09.2011.4.05.8304, a qual supostamente teria tratado da mesma matéria suscitada na presente demanda.

No mérito, aduz o (a) i) cumprimento integral do acordo firmado com os indígenas, tendo concluído o projeto por completo ii) legalidade das faturas emitidas pela média do consumo, haja vista o impedimento de acesso ao medidor por proibição dos silvícolas; iii) licitude da cobrança e da negativação, que constituiria apenas um exercício regular de direito, ante a inadimplência da consumidora; iv) inexistência de dano moral, bem como a ausência de proporcionalidade e razoabilidade no quantum - R\$10.000,00 (dez mil reais) - arbitrado a título de indenização e v) descabimento da aplicação de juros legais e de mora ao mesmo tempo (duplicidade da condenação) e impossibilidade de incidência destes a partir do evento danoso.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Desta forma, pugna pelo acolhimento das preliminares suscitadas, ou, se estas forem ultrapassadas, pelo afastamento da condenação por danos morais. Alternativamente, pleiteia a redução do montante indenizatório para o patamar de R\$1.000,00 (mil reais), ressaltando, ainda, que a correção monetária e os juros de mora devem incidir a partir do arbitramento, sendo descabida a aplicação de juros legais por configurar duplicidade na condenação.

Contrarrazões, pugnando pelo improvimento do recurso (fls. 201/223).

É o relatório, no essencial, dispensado de revisão, por se tratar de processo ajuizado no rito sumário, nos termos do parágrafo único, do art. 76 do RITJPE.

Inclua-se em pauta.

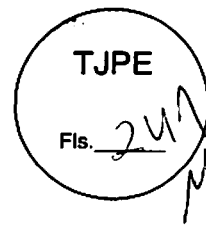
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0000430-11.2012.8.17.0380 (0333503-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
APELADA: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS SILVA

V O T O

P19

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

De plano, saliento não merecer amparo o pedido de deslocamento dos autos para a Justiça Federal.

Com efeito, através da presente demanda a Apelada busca obter indenização por dano moral, em decorrência da inscrição do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.

Ora, como é cediço, não é devida a aplicação da competência prevista no art. 109, XI, da Constituição Federal¹ quando o feito envolve apenas o interesse particular de um silvícola, sem nenhuma repercussão na comunidade indígena.

Nesse sentido:

.....

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUE ENVOLVE INTERESSE PARTICULAR DE ÍNDIO. NÃO-ENQUADRAMENTO NA HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTS. 109, XI, E 231, CAPUT, DA CF/88. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1. O art. 109, XI, da Constituição Federal, ao estabelecer a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento de ações em que se discute os direitos indígenas, deve ser interpretado em conformidade com o disposto no caput do art. 231 da CF/88, segundo o qual "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las,

¹ Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...)XI - a disputa sobre direitos indígenas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Nesse contexto, apenas as ações que envolvem os direitos indígenas elencados no referido art. 231 da Constituição Federal devem ser processadas e julgadas no âmbito da Justiça Federal, de maneira que nos feitos que envolvem interesses particulares de silvícola, sem nenhuma repercussão na comunidade indígena, não é devida a aplicação da competência prevista no art. 109, XI, da CF/88.

2. Na hipótese dos autos, a controvérsia diz respeito a ação de indenização por danos morais ajuizada por índio contra o Estado do Amazonas, tendo em vista ação policial na desocupação de imóvel de particular.

3. Considerando que a ação indenizatória visa a reparar dano moral de índio, no âmbito de seu interesse particular, e não a defender direito de comunidade indígena, a competência para processar e julgar o feito é da Justiça Comum Estadual.

4. Conflito de competência conhecido, declarando-se a competência do Juízo Suscitado - JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE MANAUS/AM - para processar e julgar o feito. (STJ, CC 200900807242, Denise Arruda, 1ª Seção, 01/07/2009) (g.n.)

.....

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ALVARÁ JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE SALDO EM CONTA POUPANÇA DE PARTICULAR SILVÍCOLA. DIREITOS INDÍGENAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A competência da Justiça Federal para o julgamento de causas sobre os direitos indígenas (art. 109, XI da CF/88) diz respeito aos direitos elencados no art. 231 da Constituição Federal.

2. Não configura causa sobre direitos indígenas o pedido de alvará judicial, feito por indígena, para levantamento de valor depositado em conta de poupança do de cujus, também índio, pois se trata de pretensão de natureza particular, e não de pretensão do grupo indígena.

3. Conflito de competência conhecido e declarada a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Ibirama/SC, o suscitado.

(CC 39.818/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2004, DJ 29/03/2004, p.167) (g.n.)

.....

Isto posto, **REJEITO** a alegação de incompetência da Justiça Estadual.

É como voto.

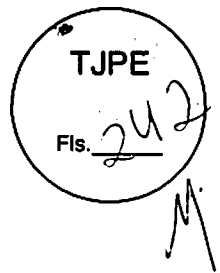
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



PRELIMINAR DE COISA JULGADA

Através da presente prefacial, a Apelante postula o reconhecimento de coisa julgada, pois a Ação Civil Pública nº 404-09.2011.4.05.8304, que tramitou na 20ª Vara Federal de Pernambuco, teria tratado da mesma matéria constante na presente demanda (fls. 143/145).

A questão prescinde de maiores elucubrações, pois a mencionada sentença consagrou que: "mostra-se legítima a inclusão do nome dos índios em cujas residências havia a instalação de medidores individuais de energia, e que se tornaram inadimplentes quanto à sua contraprestação prejudicando o equilíbrio financeiro da relação de consumo com a demandada."

Ora, o que se discute na presente demanda é justamente se houve ou não a instalação do medidor individual da Apelada, bem como o seu estado de funcionamento, concluindo-se que a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito apenas será legítima, caso a implantação do aparelho tenha ocorrido antes da negativação.

Dessa forma, nota-se que as referidas ações possuem objetos jurídicos distintos, pois através da presente demanda a Sra. Maria de Lourdes dos Santos Silva busca a reparação pelos danos causados em virtude da sua negativação, sendo necessário analisar os fatos de forma individualizada, ao contrário da Ação Civil Pública, que julgou apenas a atitude da concessionária ante a inadimplência dos indígenas que já possuíam medidores instalados em suas residências.

Dessa forma, não há que se falar em coisa julgada, razão pela qual **REJEITO** a preliminar.

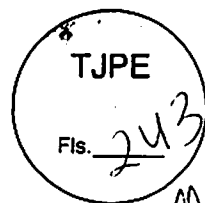
É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



MÉRITO

A solução do litígio consiste na revisão dos pressupostos do dever de indenizar e dos critérios para uma reparação equânime.

O Código Civil estabelece:

.....

"Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

.....

Portanto, o ônus reparatório requer o concurso destes elementos: conduta, nexa de causalidade, dano e culpa, com exclusão desta última, por figurar num dos polos da ação concessão de serviço público, implicando na responsabilidade objetiva do art. 37, § 6.º, da Constituição Federal².

Pois bem.

Compulsando os autos verifico que a CELPE promoveu 4 (quatro) negativas no nome da Apelada, de julho a outubro de 2011, por débitos em razão de faturas no valor médio de R\$230,00 cada (fl. 17).

A suposta devedora asseverou que "os contadores de energia elétrica ainda não foram ligados, ou seja, a obra ainda não fora finalizada, bem como os medidores se encontram desligados." Ademais, ressaltou não ter recebido as faturas, e tampouco o comunicado acerca da inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (fls. 03/04).

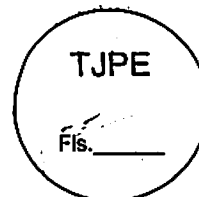
Objetivando refutar as alegações, a companhia energética promoveu a juntada dos documentos de fls. 43/150, contudo, estes não comprovam a instalação do medidor na residência da Apelada, nem o seu efetivo funcionamento.

² Constituição Federal: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

"§ 6.º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa" (g.n.).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A bem da verdade, a própria concessionária reconhece que os documentos de fls. 66/110 tratam-se de "comprovantes dos pedidos de individualização do fornecimento de energia elétrica e cadastro de novos clientes da comunidade indígena" (fl. 42), ou seja, apenas atestam a solicitação dos consumidores, mas não a efetiva instalação dos medidores ou o estado de funcionamento destes. Corroborando com esse entendimento, verifico que no cadastro da Apelada a leitura do medidor encontra-se zerada (fls. 73/74).

Logo, alegando esta última que o contador de energia elétrica encontra-se desligado, recai sobre a CELPE o dever de demonstrar o contrário, em observância à teoria da distribuição dinâmica do ônus probatório.

Se assim não fosse, caberia à negativeda a produção da chamada prova diabólica, de difícilíssima, senão impossível, comprovação.

A propósito, o CPC dispõe:

.....

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

"(...)

"II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor" (g.n.).

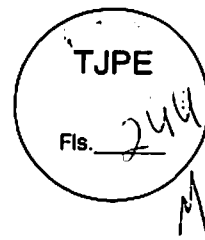
.....

Portanto, não comprovada a relação obrigacional, a atuação lesiva da concessionária é inquestionável.

Ademais, ainda que demonstrados a instalação e o funcionamento do medidor, não houve comprovação do envio das faturas, inviabilizando, por si só, a inscrição do nome da consumidora nos órgãos de restrição ao crédito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Faria de Moraes



Reputo salutar ressaltar que a ilicitude da conduta da concessionária não está relacionada com a emissão das faturas por estimativa de carga, que no caso da Ilha de Assunção foi considerada legítima pela Ação Civil Pública 404-09.2011.4.05.8304, mas sim com a cobrança antes da finalização da obra, contrariando a Cláusula 7 do acordo firmado com o povo Truká (fls. 15/16)³.

Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a negativação foi indevida, ensejando o dano moral que, nesse caso, independe de demonstração do prejuízo, pois decorre de presunção aceita pela Jurisprudência, como se vê do julgado abaixo transcrito, verbis:

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. DANO IN RE IPSA. VALOR ARBITRADO MODERADAMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. I. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que a inscrição indevida em cadastro restritivo gera dano moral in re ipsa, sendo despcienda, pois, a prova de sua ocorrência. II. O valor arbitrado a título de reparação de danos morais está sujeito ao controle do Superior Tribunal de Justiça, desde que seja irrisório ou exagerado, o que não ocorre no presente caso. III. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1222004/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4ª Turma, DJe 16/06/2010) (g.n.).

.....

Reconhecidos o evento danoso e a obrigação de reparar, cumpre analisar o quantum da indenização, sabendo-se que caberá ao Julgador arbitrar uma quantia compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano e a repercussão da ofensa, evitando, porém, o enriquecimento indevido do lesado.

A partir dessas balizas, demonstram-se excessivos os R\$10.000,00 (dez mil reais) fixados pelo i. togado de piso, devendo a indenização por danos morais ser minorada para R\$5.000,00 (cinco mil reais), em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

³ "O faturamento individualizado dos consumidores somente ocorrerá na finalização da obra, não podendo ser inferior aos 180 dias previstos nos itens acima. No dia da entrega da obra, todos os medidores serão lidos para efeito de leitura inicial e somente haverá faturamento a partir do consumo medido nesse momento em diante."



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Sequencialmente, verifico que a irresignação da concessionária quanto à duplicidade da aplicação dos juros, merece prosperar. Isso porque, além dos juros moratórios, a condenação apontou a incidência dos juros legais, sendo necessária a exclusão deste último.

Quanto aos consectários legais, por tratar-se de responsabilidade contratual, o termo a quo para incidência dos juros de mora deve ser a data da citação, enquanto a correção monetária será calculada a partir desta data⁴.

Pelo exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao apelo, para reduzir o montante fixado a título de indenização por danos morais para o importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente a partir desta data e acrescidos apenas de juros de mora desde a citação, afastando-se, por conseguinte, os juros legais previstos no *decisum*. Mantenho a sentença em seus demais termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

⁴ Súmula 362 do STJ - A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.